

Entrevistado: *Marcelo Santiago Costa*.

Entrevista n.º: 03

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: seis de agosto de 1998.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 32 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Início da carreira de Magistrado (1947). Comentários sobre o rigor dos concursos à magistratura (década de 1940). Composição da Banca Examinadora do seu concurso. Matérias. Considerações sobre o concurso para a magistratura do antigo estado da Guanabara. A participação da Ordem dos Advogados do Brasil na Banca Examinadora. O período eleitoral. Convocação de novos juízes. Sua experiência como juiz substituto de diversas varas. Promoção a juiz de Direito efetivo (1951). Sua atuação como juiz eleitoral. As Zonas Eleitorais. Opinião sobre a Justiça Eleitoral. Comentários sobre sua gestão na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral (1982-1983). Eleições de 1982: apuração conturbada. A relação com o Tribunal de Justiça. Sua importância como segundo presidente do Tribunal de Justiça após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Dificuldades encontradas. Relacionamento entre magistrados e advogados. Comentários sobre um incidente. Relacionamento entre Ministério Público e magistratura. Sua participação no julgamento do "Caso das Filipetas" (1952). O término da carreira na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral: o "Caso Proconsult" (1982). O convite do presidente do Tribunal Federal de Recursos para trabalhar na nova Capital, Brasília. Razões da desistência. Desembargadores que foram para Brasília. Primeira lei da nova capital. Permanência dos direitos dos magistrados. Solução dos problemas de classe no novo estado da Guanabara. As dificuldades existentes no antigo Distrito Federal. Atuação como juiz da Fazenda Pública. As mudanças ocorridas na competência de julgar após a criação da Justiça Federal. Problemas com autoridades do poder Executivo. Sua atuação como membro da comissão que elaborou o primeiro Código de Organização e Divisão Judiciárias da Guanabara. A situação dos magistrados em virtude da Fusão (1975). Os conflitos. A composição do novo Tribunal. Breve relato sobre o "Caso Proconsult". Problemas com autoridades militares no período de sua Presidência do Tribunal de Justiça. Seu papel como professor de Direito Internacional Privado. Comentários sobre a Faculdade de Direito, da antiga Universidade do Estado da Guanabara. As dificuldades de conciliar os cargos de desembargador e professor. Seu afastamento do magistério (1967). Sua colaboração e a do seu antecessor, como presidentes do Tribunal Regional Eleitoral, para com a fusão dos antigos estados do Rio e da Guanabara. Afastamento de juízes por atos discricionários. Novos comentários a respeito do "Caso Filipetas". Encerramento.